



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

APRECIÇÃO CRÍTICA DA PROPOSTA DO PROGRAMA NACIONAL DE JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE PELA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Djulia Regina Ziemann¹

Bruna Camila Dotto²

- (1) Mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria/RS.
E-mail: djuliaziemann@gmail.com
- (2) Mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria/RS.
E-mail: brunadotto23@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho procura apresentar uma apreciação crítica, pela perspectiva da Educação Ambiental, referente ao relatório final da Proposta do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, o qual é parte integrante do Programa de Formação de Educadores Ambientais, discutido e organizado pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Educação e população. Este relatório tem como objetivo de fortalecer ações governamentais e não governamentais de juventude e meio ambiente a fim de fornecer condições para o enfrentamento quanto a crise socioambiental que atinge diversos grupos sociais. Para tanto realizou-se a análise deste material, buscando-se a conformidade ou inconformidade com as perspectivas apresentadas pelos autores que norteiam as discussões referentes à temática educação ambiental e sustentabilidade.

Palavras chave: Educação Ambiental, Sustentabilidade, Juventude e Meio Ambiente.

INTRODUÇÃO

Apesar de atualmente existir uma atenção dedicada ao ambiente, os métodos para interpretação deste ainda apresentam-se sob influência da cientificidade baseada na Modernidade. Período este que carrega consigo, a característica de uma época de grandes avanços na medicina, novas tecnologias, além nova organização urbana e na área das comunicações. A visão mecanicista da razão cartesiana legitimou uma falsa ideia de desenvolvimento e progresso. Assim, a racionalidade econômica banuiu a natureza da esfera de produção, gerando degradação ambiental (LEFF, 2010).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Necessitamos analisar os erros da Modernidade para então conseguirmos realmente entender, que foi a partir dos excessos e confiança e apreço a tecnologia e a negação das pessoas quanto à ética e a moral, que se iniciou a crise ambiental que hoje está instalada no planeta (NOVO, 2006).

Conforme exposto por Morin (2003) atualmente há necessidade de um pensamento complexo, este requer uma maneira de pensar que seja radical, que vá até a raiz do problema, que se apresente de maneira multidimensional, e tenha a capacidade de reconhecer a relação ‘todo-partes-todo’, assim deve ocorrer à consideração da relação do objeto de estudo com o seu ambiente cultural, social, econômico, político e natural.

Neste sentido, observa-se que o estabelecimento do meio ambiente como política pública no Brasil, surge após a Conferência de Estocolmo em 1972, a partir de então esse tema passa a ser inserido nas agendas dos governos devido às iniciativas das Nações Unidas. Foram assim, surgindo mecanismos por intermédio do governo a fim de se estabelecerem meios para discussão e ações voltadas ao meio ambiente. A introdução da educação ambiental ocorre somente mais tarde, em 1977 após a I Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tibilise, ficando a partir de então pautada como estratégia para conduzir a sustentabilidade (SORRENTINO et al., 2005).

Na conferência de Tibilise são produzidos muitos avanços, e de acordo com o relatório final é após Tibilise, que propõe-se a educação ambiental, não somente como disciplina curricular escolar, mas sim como disciplina integradora e que possibilite uma percepção integrada do meio. Promove-se a partir de então a necessidade de uma educação interdisciplinar, que se propõe a encaminhar soluções aos problemas concretos, que perpassam as técnicas e teorias e levam a uma ligação com a comunidade para a realização das práticas em caráter permanente (GAUDIANO, 2005)

Neste contexto, o Grupo de Trabalho Interministerial Juventude e Meio Ambiente, foi instituído pelo Governo Federal, em 2012, este GT é composto pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República e tem seus trabalhos voltados para a elaboração da proposta do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente. O objetivo central apresetado



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

nesta proposta é envolver a população brasileira na ação de formação de educadores ambientais populares, que atuem em todo o país, para promover o questionamento de um modo de produção e consumo que causa destruição no Planeta e compromete a sobrevivência, procurando promover mudanças de atividades e comportamento, além de ações coordenadas de melhoria das condições socioambientais.

Para tanto, neste artigo objetiva-se analisar através de apreciação crítica das ideias apresentadas na Proposta do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, e sua conformidade ou inconformidade com as perspectivas apresentadas pelos autores que norteiam as discussões referentes a temática educação ambiental e sustentabilidade, sendo estes: Edgar Morin, Enrique Leff, Maria Novo e outros nomes apresentados no decorrer do trabalho.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa foram utilizados como instrumentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e documental acerca da proposta do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, bem como a consulta de trabalhos científicos de autores que abordam as temáticas educação ambiental e sustentabilidade. Assim, durante a realização da pesquisa bibliográfica buscou-se a análise e compreensão da temática e os fundamentos contidos no Programa. Já a pesquisa documental foi utilizada para analisar os dados do Programa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Proposta do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente surge a partir da instituição do Grupo de Trabalho Interministerial Juventude e Meio Ambiente-GT, composto pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República.

Para a elaboração da Proposta para o Programa, o GT realizou consultas públicas, onde ocorreram 4 web conferências, para a discussão das Linhas de Ação propostas, elencadas a seguir: (1) Educação ambiental, formação e produção do conhecimento; (2)



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Trabalho decente e sustentável para a juventude; (3) Direito da juventude ao território e (4) Participação social da juventude nas políticas públicas para a sustentabilidade.

E em 19 de junho de 2013 foi entregue pelo GT um relatório final com as ideias resultantes das discussões e construções realizadas durante o processo de estabelecimento desse programa.

Quando na análise deste material podem ser observados pontos positivos, que correspondem com os princípios apresentados pelos autores que norteiam as discussões referentes à temática educação ambiental e sustentabilidade e outros pontos que não se enquadram nestas perspectivas, ficando desta forma desalinhados e sem integração.

Observando-se o panorama geral exposto pela justificativa, podem ser notados pontos positivos, devido à perspectiva estar pautada na situação atual do Planeta, além de apresentar proposições de soluções de maneira integradora. Neste documento parte-se também da discussão quanto ao modelo de desenvolvimento atual que se caracteriza como predatório, levando a escassez dos recursos naturais bem como a exclusão social, e a necessidade da implementação do paradigma da sustentabilidade que seja justo e equitativo.

Esse contexto vai de encontro com o que nos propõe Novo (2006) que trata dos problemas que se apresentam na crise ambiental em que vivemos, como oriundos da crise do nosso pensamento, devido ao fato estar muito ligados aos ideias impostos na Modernidade. Período este que nos trouxe a falsa ideia de que o que é natural pode ser infinito, se for investida técnica neste recurso, o dinheiro passa a assumir uma posição de destaque para qualquer problema que se apresente, pois com ele pode-se investir em tecnologia e esta nos trará soluções para problema de qualquer ordem. Ademais, o sentido da vida apresenta sua busca nas atividades hedonistas de produção e consumo, a busca que se tem então não é pela ética que é a base para uma vida equilibrada, mas sim pelos interesses materiais, por aquilo que pode simplesmente ser trocado por dinheiro.

Observa-se na justificativa como apresentado no trecho a seguir que o modelo sustentável vislumbrado nesta proposta é visto como um projeto global de sustentabilidade e Novo (2006) nos passa a importância da visão ‘glocal’, onde pensar e agir devem ser realizados local e globalmente para que haja uma real mudança em busca da sustentabilidade.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Todavia relata-se a necessidade de profundas transformações nos sistemas de gestão e concepção de políticas para que isso possa acontecer.

Corroborar-se assim com a ideia de Morin e Kern (2003) que enfatizam a necessidade de uma política tratada com multidisciplinaridade os problemas humanos, contudo esta não pode sozinha resolver todos os problemas do Planeta. A política para ser efetiva não pode ser totalitária (tentando controlar através da imposição da força), ou fragmentada sendo trabalhada por profissionais que se dedicam a verticalização do conhecimento e assim passam a trabalhar de forma fragmentada.

Esse modelo sustentável, para ser alcançado, exige profundas transformações nos sistemas de gestão e concepção das políticas, visando estratégias que busquem garantir condições de governabilidade compatíveis com um projeto global de sustentabilidade. Os jovens desse século, que vivem em um mundo que conjuga um acelerado processo de globalização e múltiplas desigualdades sociais, compartilham uma experiência geracional historicamente inédita; e boa parte da mudança socioambiental, que irá garantir a vida das gerações futuras, depende de mudanças de atitude da juventude (PROPOSTA DO PROGRAMA NACIONAL DE JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE, p.2)

Além disso, o programa dispõe sobre a necessidade das mudanças nas atitudes da juventude, para que ocorra uma mudança socioambiental, porém desta forma toda a problemática passa a ser de responsabilidade de uma camada da sociedade e o devir desta no futuro é salvar o Planeta da crise que enfrentamos. No entanto, compreende-se que as mudanças não devem ser incumbidas somente aos jovens, corrobora-se com a ideia de Morin e Kern (2003), que tratam da ‘cidadania terrestre’, onde a responsabilidade é incumbida ao coletivo.

Quando na análise do objetivo geral nota-se a intenção do estabelecimento de uma política que vise garantir o direito da juventude participar dos processos de construção e consolidação de sociedades sustentáveis, com a garantia de condições para enfrentamento em relação à crise socioambiental. De maneira que na prática a juventude representará uma parcela significativa e realmente disposta a essa participação, acredita-se que ideias inovadoras se apresentem além das discussões com pontos de vista ligados na atualidade, porém preocupados com o futuro.



Enquanto os trinta objetivos específicos, tratam de ações relacionadas à sustentabilidade e meio ambiente além da participação dos jovens nos processos de discussão e decisões de políticas relacionadas a essa temática.

Nota-se, que dos trinta objetivos específicos elencados, não há uma interligação entre eles, além de não existir uma contextualização. Pois os objetivos são apenas discriminados, tal como etapas que tem como função, nos tirar da situação atual de crise ambiental que se apresenta no Planeta. Salienta-se que não há incumbência do homem em nenhum momento da busca pela ética e assim por uma sociedade equitativa. Os fatos apresentam-se isolados e não há a valorização do conhecimento tácito, tampouco dos sentimentos podem nos aproximar da natureza. Esta aproximação é de suma importância, pois é nossa ligação com o meio e podem nos trazer a percepção da natureza finita, que foi deixada de lado em nome do consumismo e do capitalismo selvagem em que nos vemos alojados.

Neste sentido, Morin (2003, p.158), nos expõe que:

A relação do homem com a natureza não pode ser concebida de forma redutora nem de forma separada. A humanidade é uma entidade planetária e biosférica. O ser humano, ao mesmo tempo natural e sobre-natural, tem sua origem na natureza viva e física, mas emerge dela e se distingue dela pela cultura, o pensamento e a consciência.

Considerando que apesar da tentativa de representar esses objetivos como à salvação quanto à problemática, na prática não ocorrem de tal maneira, pois a articulação entre eles é almejada, mas devido à dificuldade de se estabelecer acabam sendo negligenciadas e opta-se pelo caminho mais simples. Além do fato de se apresentarem muitos objetivos e isso dificultar a adequada execução de cada um deles, pois devido ao grande número podem ser apressadas as etapas para que se realizem todos, sem no entanto prezar por qualidade.

As linhas de ação propostas pelo projeto, no geral podem ser vistas como lineares, sem que haja a preocupação de uma atuação conjunta destas, o que quando na prática pode ocasionar o esfacelamento de uma quando na construção da próxima e estas são apresentadas a seguir:

1. Educação ambiental, formação e produção do conhecimento;
2. Trabalho decente e sustentável para a juventude;
3. Direito da juventude ao território;
4. Participação social da juventude nas políticas públicas para a sustentabilidade.



A primeira delas corresponde a “Educação ambiental, formação e produção do conhecimento”, definida tal como exposto a seguir:

[...] a educação ambiental é uma das dimensões da educação caracterizada pela prática pedagógica intencional, que visa à construção dos conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais; ao cuidado com a comunidade, a justiça e a equidade socioambiental; a proteção de meio ambiente natural e construído; e a promoção da responsabilidade cidadã por meio da reciprocidade das relações dos seres humanos entre si e com a natureza. Deve adotar abordagens que considerem a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando as concepções despolitizadas, acríticas, ingênuas e naturalistas ainda muito presentes na prática pedagógica das instituições de ensino formais e não formais.” (PROPOSTA DO PROGRAMA NACIONAL DE JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE, p.7)

Neste caso fica expressa uma concordância parcial, com a proposta de educação ambiental de Carvalho (2004). Este autor define a educação ambiental como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos, sociais e de mercado. Deve assim, ser direcionada para a cidadania e despontar o sentimento de pertencimento e co-responsabilidade que por meio da ação coletiva busca a compreensão e meios de superação dos problemas ambientais.

Visto que a emergência da problemática ambiental enfrentada hoje, propõe a necessidade de um saber ambiental que não se limite ao conhecimento científico, deve perpassar também pelo conhecimento popular e propor assim a construção de uma racionalidade ambiental para ser criado então um desenvolvimento sustentável duradouro e equitativo (LEFF, 2001).

Ainda nesta linha de ação observam-se algumas estratégias que pretendem ser adotadas pelo projeto, sendo estudos e pesquisas e extensão universitária, apresentadas a fim de produzir conhecimentos sobre os processos educativos e conhecimentos pedagógicos para a consolidação da dimensão ambiental na educação a partir da realidade da juventude brasileira. Nota-se, neste caso, a falta de compromisso com a educação primária que parte do início da formação escolar, esta que pode servir como base para que haja a real preocupação e comprometimento quanto à ética ambiental.



Referente aos estudos e pesquisas e, totalmente desvinculada do contexto surge na Proposta, a estratégia de produção de materiais de referência e didáticos, tal estratégia se corretamente explorada é um importante instrumento a fim de se estabelecer um ensino agradável e construtivo referente ao tema.

Na segunda linha de ação proposta está o “Trabalho decente e sustentável para a juventude”. Nesta linha são discutidas ações que possibilitem os jovens conciliarem trabalho, estudos e vida familiar. Pois os jovens, muitas vezes, são excluídos ou têm uma precária inserção no mercado de trabalho e conseqüentemente não podem auxiliar no desenvolvimento do país, devido à falta de oportunidade.

Como estratégias essa linha de ação apresenta a economia solidária que se trata de um “movimento que condensa as demandas dos segmentos que pertencem aos estratos mais desestruturados do mundo do trabalho brasileiro”; a formação e capacitação no âmbito da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, a fim de disseminar conhecimentos que contribuam para melhorar a cadeia de gestão sustentável dos resíduos; o incentivo a utilização da agroecologia para que sejam construídos patamares de sustentabilidade econômica; o turismo ecológico que é um meio de interação com natureza e que possibilita a realização de programas a fim de aliar a vivência em um espaço natural à formação de uma consciência ecológica e fortalecer as cadeias da sociobiodiversidade e as práticas de enfrentamento da desvalorização cultural da sua identidade voltada para os povos e comunidades tradicionais.

Em linhas gerais buscam-se meios para garantir um trabalho decente e sustentável para a juventude por meio das estratégias expostas anteriormente, todavia estas não apresentam-se embasadas e meios para difundi-las não são sugeridos, assim perpassa a possibilidade de serem realizadas de qualquer maneira, sem que haja preocupação com os resultados finais.

Quando abordada a terceira linha de ação o foco vai para “Direito da juventude ao território”. Esta linha justifica-se devido ao fato de quando os grandes investimentos econômicos são feitos no país seja necessário garantir o uso democrático do território, com medidas de proteção para com o patrimônio natural e cultural das comunidades. Visa a convivência dos jovens com outros jovens e outras linguagens, objetivando a interação social



entre os jovens na cidade para atender as demandas da juventude neste espaço, e também para auxiliar na gestão a fim de promover melhorias estruturais.

No âmbito rural as demandas a serem supridas tratam-se de democratizar o acesso a terra e incentivar políticas de reforma agrária, além de focar na produção que estimule práticas agroecológicas e que priorize os alimentos saudáveis. Como avaliação geral, esta linha também apresenta fragilidade na sua descrição e os meios passíveis de serem utilizados a fim de se chegar ao resultado esperado não se encontram descritos.

A quarta linha de ação corresponde a “Participação social da juventude nas políticas públicas para a sustentabilidade”. Esta linha preconiza a juventude como agente de transformação social com protagonismo nas políticas públicas e nas condições estruturais de mobilização da sociedade brasileira. O fato desta incumbir aos jovens o dever de participar das ações em prol das mudanças quanto a situação atual, sem no entanto fornecer a eles uma formação prévia e estimular a criticidade desde sua iniciação no âmbito escolar, faz com que esta dificilmente resulte em uma resposta positiva, pois a participação dos jovens nas ações irá depender de seu interesse e sua capacidade de compreender o tema em questão e para tanto faz-se necessária uma construção intelectual integradora.

Considerando as quatro linhas de ação analisadas aponta-se a necessidade de reformulação destas, devido às lacunas quanto ao embasamento das propostas e os meios a serem utilizados para se chegar aos resultados esperados

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta analisada se apresenta viável após ajustes. Todavia, as políticas públicas em sua maioria apresentam-se organizadas e centradas em tese, uma vez que na prática são realizadas de maneiras incorretas e o tempo dedicado a estas não é efetivo.

Assim, apontam-se os principais problemas que se apresentam quando no estabelecimento de ações que preconizam a educação ambiental. Sendo a principal delas a falta de valorização da identidade da educação ambiental, pois esta muitas vezes é vista como um campo de fácil entendimento e, portanto não necessita que sejam realizadas observações, reflexões e discussões aprofundadas quanto ao meio ambiente e a situação geral. Neste



sentido, ora é vista como ferramenta da gestão ambiental, ora somente como prática educativa desligada de toda subjetividade e necessidade de ações.

Quando no campo de atuação a educação ambiental acaba recebendo por diversas vezes, propostas com ações isoladas e sem ligações, de forma com que os jovens recebem em sua formação formal o ensinamento de uma educação ambiental sem fundamentação e consequentemente que não passa as reais intenções desta, assim não ocorre à emancipação e transformação dos jovens que posteriormente serão incumbidos da participação de decisões referentes ao tema, fazendo com que estes cheguem sem uma base sólida para ocupar este importante espaço social. De maneira geral, a falta de sistematização das atividades compromete a Proposta do Programa, e por conseguinte a concretização dos postulados.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Formação de educadores ambientais: Juventude e Meio Ambiente** Disponível em < <http://www.mma.gov.br/>> Acesso em: 2 jul. 2014.
- CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.
- GAUDIANO, E. G. **Educação Ambiental**. Instituto Piaget, 2005.
- LEFF, E. **A Complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.
- LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- NOVO, M. **El Desarrollo Sostenible: Su dimensión ambiental y educativa**. Madrid: Pearson Educación, S.A., 2006.
- SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JÚNIOR, I. A. Educação Ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.31, n.2, p. 285-299, 2005.